

TERRITÓRIO: A ABORDAGEM TERRITORIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO

El territorio: el enfoque territorial y sus implicaciones en las dinámicas de desarrollo

Marcos Aurélio Saquet

O TERRITÓRIO: A ABORDAGEM TERRITORIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

El territorio: el enfoque territorial y sus implicaciones en las dinámicas de desarrollo

Marcos Aurélio Saquet

Resumo: Nos últimos anos avançamos significativamente, no Brasil e noutros países da América Latina, no debate e compreensão das distintas abordagens e concepções de território e desenvolvimento, Ciência popular; território; desenvolvimento. No entanto, algumas questões ainda precisam ser mais bem trabalhadas para clarear possíveis metodologias apropriadas para nossa diversidade natural e cultural. Assim, preparamos este texto com o objetivo de mostrar, didaticamente, a relação direta que existe entre uma abordagem territorial histórico-crítica e a problemática do desenvolvimento. Um dos principais resultados que conseguimos entender, é que se faz necessário vincular o desenvolvimento ao território, mais especificamente às suas singularidades sociais e naturais que precisam, na opção por nós escolhida, ser compreendidas e transformadas de maneira participativa, solidária, ecológica, reflexiva e cooperada, a partir dos princípios e das práticas da ciência popular.

Palavras-chave: Ciência popular; território; desenvolvimento.

Abstract: *In recent years we have advanced significantly in Brazil and other Latin American countries in the debate and understanding of different approaches and conceptions of territory and development, however, some issues still need to be better worked out to clarify possible methodologies appropriate to our natural diversity and cultural. Thus, we prepare this text with the aim of showing, in a direct way, the direct relationship between a historical-critical territorial approach and the development problem. One of the main results we can understand is that it is necessary to link development to the territory, more specifically to its social and natural singularities, which must be understood and transformed in a participatory, supportive, ecological, reflexive and cooperative, based on the principles and practices of popular science.*

Key- words: *Popular science; territory; development.*

JEL: R19.

INTRODUÇÃO

A problemática da abordagem territorial do desenvolvimento tem severas implicações no jeito de pesquisar, compreender, explicar e atuar cotidianamente. Normalmente, embora tenhamos referências qualificadas e apropriadas, não nos damos por conta disto, “simplesmente” utilizamos os conceitos de território e desenvolvimento, sem a necessária reflexão. Este fato tem gerado, muitas vezes, a utilização vazia destes conceitos, sem significados apropriados considerando-se, evidentemente, o que conhecemos no chamado mundo Ocidental.

Sobre o território, a utilização mais recorrente é como sinônimo de região e espaço, negligenciando-se as diferentes abordagens e concepções construídas ao longo dos séculos XIX e XX em diferentes países e áreas do conhecimento. Também é muito comum a substituição de um conceito pelo outro, de acordo com o que ocorre em alguma política pública, em alguma onda acadêmica etc.

Sobre o desenvolvimento, os modismos também estão muito presentes, gerando-se, muitas vezes, confusões e superficialidades, negando-se as distintas interpretações existentes e outras que podem ser construídas. Trabalho este feito, ora espontaneamente, ora deliberativamente, em virtude da opção teórica, política e ideológica adotada. Normalmente, não percebemos que a “simples” renomeação com outro termo ou conceito ou, como é recorrente, com a inserção do “pós”, não qualifica, necessariamente, a concepção que está sendo criticada.

Nesse sentido, acreditamos que, uma premissa fundamental, é o reconhecimento da pluralidade de ideias, teorias, concepções e abordagens. Embora isto possa parecer uma obviedade, o respeito à diversidade e à opção de cada sujeito, grupo ou classe nem sempre ocorre, inclusive, na chamada Universidade, espaço onde o debate deveria se dar num nível bem mais horizontal, dialógico, participativo e respeitoso.

Outra condição necessária é a correlação entre território e desenvolvimento, trabalhados juntos, ou seja, numa concepção que os integre, conforme se espera quando se trabalha com uma conjugação conceitual. O território tem distintos significados, bem como o desenvolvimento, portanto, precisamos ter clareza disto para optarmos, conscientemente, por esta ou aquela concepção de abordagem. E isto é central, pois influenciará nos objetivos de certo processo de pesquisa, nos encaminhamentos metodológicos e nos resultados que poderão ser alcançados. Uma inversão deste ritual considerado científico também é possível, ou seja, trabalhando-se ao mesmo tempo com o estudo das concepções, os objetivos, distintas fontes de dados etc., tentando-se valorizar e potencializar o máximo possível a participação dos sujeitos estudados no próprio processo de pesquisa e transformação social, quando for o caso.

Outra concepção de pesquisa, portanto, é possível, consoante já afirmamos em outros trabalhos (SAQUET, 2005, 2007, 2008, 2015 [2011], 2012, 2017, 2018a, 2018b), voltada para a cooperação e para o desenvolvimento dialógico e participativo, valorizando-se a autonomia decisória, a criatividade, a preservação e conservação da natureza, as identidades culturais, o conhecimento popular, as redes curtas de produção e comercialização, num movimento contrário à reprodução ampliada do capital.

Estamos tratando de uma perspectiva de compreensão do território e do desenvolvimento construída de maneira dialógica com outros/as professores/as e pesquisadores/as, sucintamente, histórica, reticular, relacional e pluridimensional (DANSERO e ZOBEL, 2007) ou (i) material, por meio da qual reconhecemos e consideramos efetivamente as relações sociedade-natureza (SAQUET, 2007). Estas

relações, naturais e sociais, estão na essencialidade da construção de cada território, juntamente com as distintas apropriações do espaço geográfico, gerando-se geografias e lugares, continuidades e descontinuidades, redes e conflitos (DEMATTEIS, 1985).

Isto significa que precisamos pensar, estudar, ensinar, aprender e viver diferentemente, fazendo as autocríticas necessárias e reorganizando o que aprendemos nos distintos níveis escolares, especialmente na Universidade. Viver de outro jeito é possível, dentro e fora das escolas, sem discriminação e tantas hierarquias, sem tantas normas e empecilhos para o exercício da cidadania e da democracia, sem regulação e punição para os que pensam e trabalham de maneira diferente, sem modismos e isolamento dos distintos sujeitos que tanto precisam da nossa colaboração cotidiana.

Assim, esta perspectiva tem uma implicação específica sobre o desenvolvimento que assume, necessariamente, um conteúdo territorial, popular, político, cultural e ecológico, consoante pretendemos apresentar neste texto. O desenvolvimento é compreendido, resumidamente, como movimento contínuo de conquistas sociais (econômicas, políticas e culturais) e ambientais para a maioria da população, de valorização das identidades e diferenças, dos patrimônios natural e social, das pessoas, da participação de todos na tomada de decisões, da solidariedade, da cooperação e da partilha comunitária, dos ecossistemas, enfim, de cada território, com sua complexidade e singularidade. Entender e explicar o espaço-tempo como território significa, simultaneamente, compreender e atuar na construção do desenvolvimento territorial.

2. O Desenvolvimento Territorial

O conceito de desenvolvimento, quando levado a sério nas pesquisas que realizamos, gera muito trabalho, debates, desgastes e possibilidades de interpretação, como podemos perceber ao verificar as diferentes concepções, tais como desenvolvimento local, desenvolvimento socioespacial, desenvolvimento territorial, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento ambiental, pós-desenvolvimento, desenvolvimento alternativo etc.

Como nosso foco está na relação entre desenvolvimento e território, tentaremos clarear como entendemos estes e a sua necessária integração conceitual e prática, ou seja, nos processos de pesquisa e transformação social. Partimos, embora sucintamente, de dois autores considerados clássicos nesse debate, que são o sociólogo Arnaldo Bagnasco e o economista Giacomo Becattini, ambos italianos, tentando, logo na sequência, dialogar com outros pesquisadores também muito relevantes sobre o tema do desenvolvimento territorial.

De Bagnasco (1977, 1988), inferimos que o desenvolvimento territorial significa a necessária existência de vínculos territoriais, *conexões produtivas*, tradições e inovações, relações de *confiança*, reconhecimento e identidade entre sujeitos e empresas dependentes entre si; a coexistência de *sistemas* dispersos e articulados; de especialização produtiva e *integração territorial* entre empresas, bem como a existência de formas *sociais* e *culturais* específicas para produzir e viver. O desenvolvimento contém mudanças e permanências, tradições e identidades, relações de pertencimento e confiança, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e dominação.

De Becattini (2000 [1989]), evidenciamos três aspectos que consideramos fundamentais na caracterização do desenvolvimento territorial: i) envolve uma *comunidade* de pessoas e um conjunto de empresas que se influenciam; ii) contém uma rede das empresas entre fornecedores e consumidores, com *transações*

especializadas em certos produtos: há redes locais vinculadas às *redes mundiais*; iii) corresponde a um processo de potencialização das características locais, específicas e da *comunidade* (famílias, mercado, empresas, escolas, igrejas, prefeituras e partidos políticos) que requer, portanto, a valorização dos *vínculos* locais historicamente reproduzidos.

Notamos, embora de maneira bastante sucinta e centrada nos processos econômicos, que o desenvolvimento assume, nessa perspectiva, o conteúdo das singularidades territoriais, naturais e sociais, como se espera, tanto no nível da abordagem como dos processos efetivados na realidade concreta: vínculos territoriais, reconhecimentos, proximidades (geográfica e organizacional), tradições e identidades locais, sinergias e conhecimentos específicos. Portanto, o desenvolvimento tem, socialmente, o conteúdo de cada território, vinculado a outros significados que extrapolam as singularidades territoriais, sobretudo relacionados ao mercado e ao Estado.

Como resumiu muito bem Lima (2017), as *forças territoriais* são endógenas e os territórios são *dependentes* dos *movimentos exógenos*, ou seja, da economia nacional e internacional, bem como dos processos de diversificação e especialização, dos níveis de produtividade e competitividade, da especificidade produtiva e social.

Desse modo, os *modelos de desenvolvimento autônomos* vinculados às pequenas produções agropecuárias, pequenas e médias empresas, às potencialidades territoriais (culturais e naturais) e à gestão local, também estão relacionados às transformações econômicas e políticas. Portanto, o desenvolvimento local corresponde a um *processo complexo* que influencia a definição das políticas territoriais, pode ser *autocentrado, participativo, autônomo*, valorizando-se as potencialidades (locais) e gerando soluções aos problemas dos grupos sociais, por meio de uma gestão local (BARQUERO, 2007).

O desenvolvimento local, nesta perspectiva, corresponde a um movimento, ao mesmo tempo, *analítico, dialógico* e de *projeção* voltada para a construção da justiça social, preservação da natureza, recuperação dos ambientes degradados e valorização do patrimônio de cada território, em síntese, equivale a um processo de *desenvolvimento local integrado* (PERRIER-CORNET; AZNAR; JEANNEAUX, 2010; SAQUET, 2017). Nesse sentido, a construção de *indicadores de sustentabilidade* é fundamental para analisar e atuar em cada processo de desenvolvimento, nos níveis social, ambiental e econômico, pois fornecem elementos para avaliar certa região, considerando as metas e os resultados conseguidos efetivamente (MOREJON, LIMA e BIANCO, 2017).

Um dos indicadores mais recomendados, para balizar a projeção do futuro, é a identificação e compreensão, dos distintos níveis de *vínculos* existentes em cada processo, entre identidade, cultura, sinergia, rede organizativa e território (BELLIGGIANO e DE RUBERTIS, 2012; SAQUET, 2016). Os vínculos significam justamente os diferentes gradientes de enraizamento, proximidade, confiança, pertencimento, sinergia, cooperação e solidariedade, todos elementos e processos centrais na caracterização territorial do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, revelam potentes culturas e políticas para serem trabalhadas cooperada, participativa e solidariamente.

Quadro 1 – síntese da compreensão de desenvolvimento territorial.

Desenvolvimento	Território	Desenvolvimento territorial
Tem distintos significados, de acordo com cada projeto e/ou programa, grupo e classe social, em cada relação espaço-tempo; é qualitativo, pluridimensional, popular, participativo, ecológico, dialógico e reflexivo, auto organizativo e público; é singular em cada relação espaço-tempo.	É formado histórica, social e naturalmente; contém redes de distintas escalas, identidades e diferenças, relações de poder (dominação, hegemonia, resistência, luta e contra hegemonia), territorialidades e temporalidades.	Contém vínculos sociais e territoriais, tradição e inovação, confiança e identidade político-cultural, dispersão e articulação produtiva, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e sinergia, potencialização das características endógenas de cada comunidade, pertencimento, proximidade e enraizamento; significa, necessariamente, conteúdos públicos e populares, participativos e dialógicos, reflexivos e ecológicos, numa <i>práxis</i> contra hegemônica efetivada de acordo com as singularidades de cada espaço-tempo-território, com suas gentes, necessidades, desejos e ecossistemas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

O desenvolvimento é dialético e contraditório, dotado de identidade própria, *comportamentos* autônomos e *auto organizativos* (DEMATTEIS, 1994) que requerem, por parte de cada pesquisador ou grupo de estudos, habilidades específicas e versatilidade para compreender e/ou atuar em cada projeto e/ou programa de qualificação endógena e territorial (Quadro n. 1). Dito de outra maneira, o desenvolvimento é resultado da auto-organização social e consciente, *multidimensional* e contínuo no tempo, vinculado à *autoconfiança coletiva*, à atuação cooperativa e solidária (BOISIER, 2004), no nível de cada território e de acordo, evidentemente, com os grupos e classes sociais.

Enfim, é sempre necessário, em cada processo de pesquisa e cooperação, levar em consideração a *heterogeneidade cultural e natural*, bem como a *fragilidade* dos ecossistemas naturais, incorporando-se as comunidades e favorecendo a *conectividade* territorial (JIMÉNEZ REYES, 2011). A conectividade, identificada e reorganizada, precisa ser trabalhada, sempre que necessário, juntamente com a *ancoragem (ancrage) territorial* (PECQUEUR e ZIMMERMANN, 2002; PIRES, FUINI, MANCINI e PICCOLI NETO, 2011; MAGNAGHI, 2015) ou com o *rooted in place and context* (SCOONES, 2009) ou, ainda, com o *arraigo* (CHÁVEZ e SALCIDO, 2014; MARTINEZ e RIVERA, 2014; SANZ, 2014; BARTRA, 2014), definindo-se centralidade para os vínculos locais, as redes curtas de cooperação, a sinergia e a solidariedade, juntamente com a auto-organização e a autogestão territorial.

3. O Desenvolvimento Territorial na *práxis*

A *praxis* pode ser individual e/ou coletiva, urbana e/ou rural, conservadora do *status quo* ou de luta e resistência contra-hegemônica, trabalhando-se com os sujeitos mais humildes e simples, do campo e da cidade, para reorganizar as relações de poder e construir uma sociedade mais justa, ecológica, solidária e cooperada.

Nós estamos pensando e trabalhando **com** os sujeitos do povo, nos territórios que estudamos (urbanos e rurais), numa relação sujeito-sujeito, embora com muitas dificuldades cotidianas, tanto infraestruturas como cognitivas. Este movimento para fora da Universidade significa uma *praxis* que passa, necessariamente, por um movimento entre o passado, o presente e o futuro, o local e o regional, o nacional e o internacional, pelo planejamento e pela gestão do futuro e das utopias, numa luta constante contra a expansão e reprodução ampliada do capital e contra o Estado burguês. Acreditamos que, sem nosso envolvimento direto com os sujeitos de cada território-tempo, nossa produção intelectual perde significativamente o sentido político e social. Esta é uma das implicações quando se opta por uma abordagem territorial do desenvolvimento.

Aprender, compreender, representar e explicar os territórios com suas territorialidades e temporalidades (ritmos), por mais criativas que sejam as nossas pesquisas, parece ser bastante insuficiente. A auto-organização, mobilização, luta, resistência e ação política precisam ser, ao mesmo tempo, formativas e informativas, continuadas e participativas, críticas e reflexivas, envolvendo o máximo possível os sujeitos de cada projeto e/ou programa, tempo e território, criando-se redes de cooperação, sinergia e solidariedade, a partir dos distintos sujeitos e da intensa e sistemática participação popular.

Acreditamos também que o Estado não é dispensável, precisa atuar muito mais sistemática e fortemente com políticas públicas específicas (construídas **com** o povo) para subsidiar, por exemplo, a criação de hortas comunitárias nas cidades; iniciativas populares para o cultivo de arroz, feijão, batatas, frutas e hortaliças; financiando projetos criativos e inovadores vinculados ao saber-fazer historicamente reproduzido entre as famílias camponesas para a produção artesanal de alimentos e utensílios domésticos; fortalecendo *praxis* que conciliem o conhecimento e a ciência popular, como os movimentos de resistência por meio das práticas agroecológicas em processos de desenvolvimento territorial.

A *praxis* precisa ser feita com consciência e, esta, qualifica-se, muitas vezes, na (in) formação, mobilização, luta e resistência contra-hegemônica. A consciência e a luta, na *práxis*, podem ser qualificadas a partir da identidade dos sujeitos e dos seus interesses comuns. Identidade que também pode ser *inventada na luta*, embora *carregada* de tradições e histórias, construindo-se, *coletivamente, sentido comum* (CECEÑA, 2017), por meio das sabedorias, das tradições e novidades, na resistência política e cultural (BARTRA, 2011).

Desse modo, entendemos que *consciência de classe e consciência de lugar* necessitam andar juntas, ou seja, precisam ser continuadas e reflexivamente, produzidas simultaneamente, qualificando-se os sujeitos, suas mentes e ações, seus enraizamentos e pertencimentos, as relações de confiança e reciprocidade. Todos são elementos e processos fundamentais na *praxis* do desenvolvimento territorial. Temos consciência de lugar quando entendemos e participamos, ativa e sistematicamente, da vida no lugar.

A *consciência de lugar* acontece num movimento de profundo conhecimento da história dos *sistemas produtivos locais*, identificando-se potenciais, orientando-se os processos de desenvolvimento e se valorizando os territórios e seus habitantes (BECATTINI, 2009). Aí, o conhecimento é produzido num contexto histórico e

geográfico de relações singulares, gerando (e sendo influenciado por) valores, ideologias, saberes, análises, costumes, práticas, tradições, inovações etc., ou seja, a dimensão local tem centralidade, sem desligamento dos outros espaços e tempos, lugares e territórios.

Na relação conhecimento-identidade-território, destacam-se *formas antigas e atuais*, imanentes à construção histórica de cada território, no campo e na cidade, constituindo-se *objetivações* que precisam ser estudadas e, quando necessário, *revitalizadas* tendo em vista a construção participativa e dialógica do *desenvolvimento local* (DI MÊO, 1993) e territorial.

E, para conhecer as singularidades territoriais e para valorizá-las como lugar de vida com identidade própria, é preciso investir no âmbito do debate, da participação, da **convivência** e da gestão partilhada, compreendendo os lugares para *inventar* o futuro (MAGNAGHI, 2000), com o significado concreto do *retorno ao território* (BECATTINI, 2009; MAGNAGHI, 2015; BECATTINI e MAGNAGHI, 2015; SAQUET, 2017, 2018a, 2018b).

O processo de *retorno ao território* requer a identificação, compreensão, explicação e valorização do enraizamento, da proximidade, dos vínculos, dos sujeitos, dos ecossistemas, do pertencimento, da autogestão, da auto-organização e da identidade. Simultaneamente, a *consciência de classe e de lugar* assume mediação fundamental na mobilização e luta cotidiana, na construção do desenvolvimento territorial numa perspectiva popular, autônoma e contra-hegemônica, consoante já demos a conhecer.

A *consciência de classe e de lugar* condiciona o *retorno ao território* e, este último, influencia a qualificação da *consciência de classe e de lugar* (SAQUET, 2018a, 2018b). Portanto, a problemática do desenvolvimento territorial está diretamente vinculada aos *lugares*, mais precisamente como processo de *desenvolvimento acontecendo nos lugares* (BECATTINI, 2009, 2015; MAGNAGHI, 2015), com os significados e as práticas aqui expostos sucintamente.

Desse modo, o desenvolvimento tem um conteúdo *localizado*, assumindo características específicas (RULLANI, 2003; SAQUET, 2017), como insistimos em publicações anteriores (SAQUET, 2003 [2001], 2007, 2012, 2013, 2014, 2015 [2011], 2016, 2017, 2018a, 2018b), por meio das argumentações construídas a partir do *paradigma de análise territorial* do desenvolvimento (BAGNASCO, 1978) e da compreensão da identidade vinculada à projeção e à autogestão do futuro (MAGNAGHI, 2000, 2006; SAQUET, 2007, 2013, 2014, 2015 [2011], 2016, 2019).

Esta é uma das formas para fundamentar e (i) materializar a (in) formação, mobilização, organização, luta e resistência política, cultural e econômica, contra o *capitalismo parasitário* (QUAINI, 2009) e em favor da justiça social, da solidariedade, da sustentabilidade, da participação e decisão popular etc., conforme sinalizamos anteriormente.

Então, o desenvolvimento territorial passa, necessariamente, por uma concepção analítica histórico-crítica, relacional e (i) material (SAQUET, 2007), efetivada **com** a nossa participação direta e sistemática em processos de ativação das territorialidades, numa praxis de reciprocidade, cooperação e solidariedade com as gentes de cada território. As territorialidades são as relações sociais e acontecem em cada família, entre as famílias, entre os indivíduos de diferentes lugares, entre os grupos e classes sociais. Essas relações são *próximas* e *distantes*, de *alteridade* e *exterioridade* (DEMATTEIS, 1964, 1985; RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980]; SAQUET, 2003 [2001], 2007, 2015 [2011]).

Para ocorrer, o desenvolvimento territorial precisa conter alguns significados centrais, tais como conquistas sociais, culturais, políticas e ambientais, (in) formação continuada e politizada, saúde de qualidade, segurança e saneamento básico, lazer,

cultura e boa convivência, reciprocidade e confiança, vínculos comunitários, participação e autonomia popular, conservação da natureza e recuperação dos ambientes degradados e poluídos.

Esse movimento de construção de outro desenvolvimento também está fundamentado na possibilidade de construção de um *paradigma outro*, sem estar sob a hegemonia da pós-modernidade e nem, obviamente, da modernidade (MIGNOLO, 2003 [2000]). A modernidade tem um *horizonte colonial* construído desde os séculos XV-XVI, por meio do qual se impediu os indígenas e africanos de *criar pensamento*, fazendo-se prevalecer a modernidade europeia na base da violência e cristianização, impondo-se uma racionalidade sobre outras consideradas não racionais (MIGNOLO, 2003 [2000]; GROSGUÉL, 2008). Há um *modernismo capitalista, cruel e destrutivo*, com suas *nefastas doutrinas desenvolvimentistas neoliberais* (FALS BORDA, 2013 [2001], 2013 [2007]).

Ao mesmo tempo, reconhecemos que necessitamos estudar e identificar os conhecimentos e saberes europeus que precisamos valorizar, tentando produzir um diálogo que seja de fato respeitoso e recíproco (sem surdos e mudos) (SAQUET, 2017), num movimento contínuo em favor da descolonização do pensamento e do conhecimento (GROSGUÉL, 2008). “Não se trata de isolarmo-nos do mundo intelectual externo nem de sermos xenófobos” (FALS BORDA e MORA-OSEJO, 2013, p. 226).

Trabalhar **com** o povo, então, corresponde a uma das maneiras que temos para contribuir com sua emancipação político-cultural, para melhorar as condições de vida cotidiana, num fio de praxis vinculada ao *conhecimento emergente* ou *subversivo*, prático, herdado culturalmente do saber popular utilizado para trabalhar, criar e viver, atendendo as urgências e necessidades do povo (FALS BORDA, 1981), doravante denominado de *ciência popular* (FALS BORDA, 1981; FALS BORDA e MORA-OSEJO, 2013).

Dessa maneira, produz-se conhecimentos interdisciplinares centrados em *realidades e problemas próprios*, úteis para os *povos de base*, tentando contribuir para *libertá-los* da exploração, opressão e submissão a partir dessa *ciência social ativa* (FALS BORDA, 2013 [2007]). A *ciência popular* é uma praxis contra-hegemônica e vinculada aos distintos sujeitos de cada território e lugar, no tempo e no espaço (Quadro n. 2).

Quadro 2 – Síntese da nossa aprendizagem sobre a práxis do desenvolvimento territorial

AÇÕES E SUJEITOS DA NOSSA PRAXIS TERRITORIAL	
Encontros e debates com os diferentes sujeitos interessados em construir conjuntamente processos de transformação social – a vontade é uma premissa fundamental.	Sujeitos do campo e/ou da cidade, humildes, camponeses, operários, sem-terra, sem trabalho, professores, pesquisadores, estudantes, sindicalistas, técnicos agrícolas etc., enfim, sujeitos pesquisadores e atuantes nas ações construídas durante todas as fases de cada projeto e/ou programa social. Relação sujeito-sujeito, com participação, em todas as fases e atividades, dos pesquisadores e dos pesquisados.
Formação das equipes interdisciplinares (multi ou pluridimensionais) e	ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, associações de trabalhadores e moradores, escolas, igrejas, grupos de jovens,

interinstitucionais, estabelecendo as primeiras cooperações para discutir e definir como será construído cada projeto.	clubes de mães, prefeituras municipais, instituições estaduais e federais etc.
Socializações e debates de conceitos, abordagens e procedimentos entre os membros de cada equipe.	Colóquios e/ou seminários, definindo-se, também, a linguagem de cada projeto e/ou programa de desenvolvimento territorial.
Definição das coordenações e subcoordenações.	De maneira transparente, conversada, interdisciplinar e interinstitucional.
Redação do projeto, socializações e debates com os distintos sujeitos de cada projeto.	Quanto maior, melhor e transparente for a participação das pessoas que serão os sujeitos de cada projeto, melhor.
Debate e definição dos instrumentos de pesquisa com a participação da população interessada (urbana e/ou rural).	Quanto maior e melhor for a participação das pessoas que serão os sujeitos de cada projeto, melhor.
Coleta e análise dos dados, com a participação direta da equipe coordenadora e dos demais sujeitos, preferencialmente dos habitantes do território de estudo-ação e dos demais colaboradores.	Corresponde à chamada <i>devolução</i> dos dados, aos debates e à redação das análises feitas, servindo de base para o diagnóstico inicial por meio da pesquisa participante, na qual, saber escutar é fundamental na construção do conhecimento territorial e popular.
Oficinas temáticas, dias de campo teórico-práticos, atividades (in) formativas.	Precisam fazer parte da pesquisa participante e/ou das ações participativas, como dinâmicas de grupos.
Reuniões de planejamento, analíticas e de avaliações.	Precisam ser dispersas e articuladas, no mesmo movimento de interação, integração, mobilização etc., também servindo de base para os debates e para a definição dos planos de ações territoriais.
Assembleias de debates e deliberativas.	Para definição das prioridades de cada plano de ações (o que, como, onde, quem, quando, recursos financeiros e logísticos etc.), envolvimento dos distintos sujeitos, mobilização e luta; também podem ocorrer a partir de dinâmicas de grupos previamente discutidas e planejadas em conjunto.
Mobilização e auto-organização para as ações reivindicativas, de resistência e luta (multi ou pluridimensionais), colaborando diretamente na resolução dos problemas e nas conquistas sociais-ecológicas com autonomia decisória.	Estarão na base das ações participativas, tentando-se qualificar os níveis de consciência de classe e de lugar, bem como a contra-hegemonia.
Acompanhamento	Refazendo e ajustando o que for necessário para

participativo, analítico, avaliativo e reflexivo. Reflexão-ação-reflexão presente em todas as fases e atividades de cada projeto, como essência da praxis territorial de desenvolvimento.	atingir os objetivos e as metas de cada projeto e/ou programa, considerando-se os princípios participativos, de autonomia decisória, solidariedade, cooperação etc.
Produção do conhecimento popular.	Em três níveis principais: a) Nas equipes, com participação dos diferentes sujeitos pesquisadores e pesquisados. b) Nas equipes, entre os pesquisadores. c) Entre os pesquisados, considerando sua cultura popular.

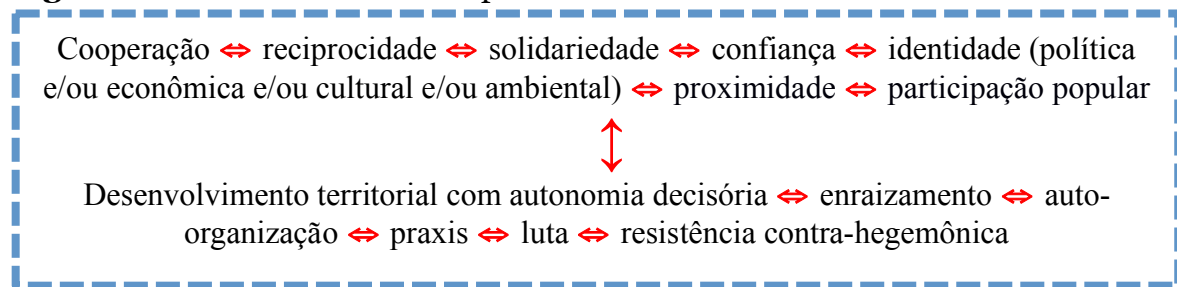
Inspirações: Fals Borda (1978, 1981, 2013 [2001], 2013 [2007]), Ferreira (1983), Freire (2011 [1996], 2011 [1974]), Fals Borda e Mora-Osejo (2013), Saquet e Duarte (1996), Saquet, Pacífico e Flávio (2005), Saquet e Flávio (2015), Saquet (2015 [2011], 2016, 2017, 2018a, 2018b). Elaboração: Marcos Saquet, 2018-19. Obs.: Uma 1ª. versão desse quadro foi publicada em Saquet (2019).

Isto significa, sucintamente, que o desenvolvimento territorial numa perspectiva participativa, dialógica, auto organizativa, reflexiva, ecológica e *contra-hegemônica* precisa ser contrária *ao capitalismo euro centrado e colonial* (QUIJANO, 2000), num movimento popular, propositivo e criativo, para tentar romper com a dependência, subordinação, exploração, dominação e degradação ambiental, contribuindo para a construção da *descolonização intelectual* (MIGNOLO, 2003 [2000]) e para qualificar efetiva e sistematicamente a vida do povo.

4. Considerações Finais

De maneira geral, pensamos que é necessário, inicialmente, *desmantelar burocracias ineficientes e corruptas*, socializando o Estado e promovendo a autonomia decisória em espaços locais (ESTEVA, 2011). Isto é fundamental para identificar os territórios de esperança, qualificá-los e potencializá-los na perspectiva da pesquisa-ação-reflexão ora apresentada como uma praxis popular, ecológica, participativa e contra-hegemônica, tanto para produzir conhecimento como para trabalhar **com** o povo que tanto precisa melhorar sua vida cotidiana.

O desenvolvimento territorial, assim, tem o necessário significado concreto da localidade, do enraizamento, das relações de confiança, das simetrias/reciprocidades, da sustentabilidade ambiental e cultural, da participação popular, da auto-organização e da contra hegemonia (Figura n. 1). O desenvolvimento, como processo de base local, contém a criatividade e a cultura combinando-se de maneira diferente em cada território (BARQUERO, 2007), juntamente com as demais condições político-econômicas e naturais, em cada relação espaço-tempo-território (SAQUET, 2007, 2015 [2011], 2017).

Figura 1 – Síntese da nossa compreensão de desenvolvimento territorial.

Elaborado pelo autor (2019).

O desenvolvimento territorial, como tal, assume as singularidades de cada território, das territorialidades (relações econômicas, políticas, ambientais e culturais) e temporalidades (ritmos, desigualdades), naturezas (ecossistemas: solos, vegetações, águas, climas etc.), mediações sociais-naturais (técnicas, tecnologias, conhecimentos etc.), mudanças e permanências, das gentes e culturas, da justiça social-territorial.

A gestão territorial do desenvolvimento, na praxis, passa, necessariamente, por uma abordagem e atuação territorial, portanto, precisa ser pluridimensional, participativa (na pesquisa e na ação) e popular, recíproca (cooperada e solidária) e identitária, confiante e dialógica, ambiental e interdisciplinar, com base no lugar e na autonomia decisória das diferentes pessoas, no enraizamento, nas redes curtas e na autogestão, na comunidade e na contra hegemonia.

Desse modo, é muito importante construir *epistemologias de-coloniais outras*, centradas nos movimentos sociais e no *pensamento plural* feito a partir das diferenças (WALSH, 2007), como a ciência popular, ora evidenciada, para dar sustentação para a praxis de desenvolvimento territorial nos termos aqui sucintamente socializados. É vital, também, nunca esquecer que uma sociedade complexa contém múltiplas ações e reações, nela há um *campo de possibilidades* numa *complexidade territorial*, em que a produção do conhecimento popular também se faz extremamente necessária (MOSSELLO, 1998; SAQUET, 2018a, 2018b).

Isto significa que, o significado popular do conhecimento e do desenvolvimento, está intimamente relacionado com a construção e/ou qualificação da *consciência de classe e de lugar*. A produção da ciência popular, de maneira participativa e dialógica, cultural e política, contém substantivos fios de *consciência de classe e lugar* e, esta, influência, simultaneamente, a formação de uma ciência popular diretamente vinculada à praxis do desenvolvimento territorial.

A *consciência de classe e de lugar*, portanto, é vital para a identificação e compreensão dos sujeitos, bem como para a participação social, para a reprodução do lugar como espaço de convivência com relações comunitárias. Os habitantes precisam se sentir vivos, importantes, reconhecidos, valorizados, pertencentes ao lugar, à rua, ao condomínio, ao bairro, à comunidade rural, aos municípios, às redes curtas, à região hidrográfica, ao Estado, ao rio, enfim, ao território e lugar de vida cotidiana.

O sentimento de pertencimento a uma classe e a um lugar é fundamental para nosso envolvimento direto nos debates, projetos, programas e processos que precisam ocorrer no nível das comunidades rurais, dos bairros urbanos, dos condomínios residenciais, dos consórcios, das governanças, trabalhando juntos, numa relação sujeito-sujeito, de práxis e contra hegemonia aos agentes do capital e do Estado burguês.

REFERÊNCIAS

- BAGNASCO, A. **Tre Italie**. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.
- BAGNASCO, A. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell'analisi: un paradigma per l'analisi territoriale. In: BAGNASCO, A.; MESSORI, M. e TRIGILIA, C. (Org.). **Le problematiche dello sviluppo italiano**. Milão: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.
- BAGNASCO, A. **La costruzione sociale del mercato**. Bologna: Il Mulino, 1988.
- BARQUERO, A.V. Desarrollo endógeno: teorías y políticas de desarrollo territorial, **Investigaciones Regionales**, n. 11, 2007, p. 183-210.
- BARTRA, A. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BARTRA, A. Campesinos del tercer milenio: aproximaciones a una quimera, **Revista ALASRU**, Nueva Época, México, n. 10, 2014, p. 17-43.
- BECATTINI, G. Il distretto industriale marshalliano come concetto socio-economico. In: BECATTINI, G. (Org.). **Il distretto industriale**. Torino: Rosenberg & Sellier, 2000 [1989]. p. 57-78.
- BECATTINI, G. **Ritorno al territorio**. Bologna: Il Mulino, 2009.
- BECATTINI, G. **La coscienza dei luoghi**. Il territorio come soggetto corale. Roma: Donzelli, 2015.
- BECATTINI, G.; MAGNAGHI, A. Coscienza di classe e coscienza di luogo. In: BECATTINI, G. (Org.). **La coscienza dei luoghi**. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.
- BELLIGGIANO, A.; DE RUBERTIS, S. Le filiere corte agroalimentari nei processi di sviluppo locale, **XXIV Convegno di Sinergie**, 2012, Lecce (Itália), p. 513-524.
- BOISIER, S. Una (re)revisión heterodoxa del desarrollo (territorial): un imperativo categórico, **Estudios Sociales**, vol. 12, n. 23, 2004, p. 9-36.
- CECEÑA, A.E. Poder, emancipación, guerra y subjetividad. In: HERNÁNDEZ, E.L. (Org.). **Praxis espacial en América Latina**. Lo geopolítico puesto en cuestión. Ciudad de México: ITACA, 2017. p. 21-60.
- CHÁVEZ, A.; SALCIDO, G. **Gobernanza de los sistemas agroalimentarios localizados**: el caso de los productores rurales de nopal en Tlalnepantla, Morelos. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.
- DANSERO, E.; ZOBEL, B. Verso un dialogo tra comunità scientifica e comunità locale. In: BORGARELLO, G.; DANSERO, E.; DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F.; ZOBEL, B. (Org.). **Promozione della sostenibilità nel Pinerolese** – un percorso di ricerca/azione territoriale. Turim: Euro Mountains, 2007. p. 135-141.

DEMATTEIS, G. Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale, **Atti 19º. Congresso Geografico Italiano**, Como, vol. III, 1964, p. 239-253.

DEMATTEIS, G. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

DEMATTEIS, G. Possibilità e limiti dello sviluppo locale, **Sviluppo locale**, vol. 1, n. 1, Firenze, 1994, p. 10-30.

DI MÉO, G. Les territoires de la localité, **Espace géographique**, tome 22, n. 4, 1993, p. 306-317.

ESTEVA, G. Regreso del future. In: GIARRACCA, N. (Org.). **Bicentenarios (otros), transiciones y resistencias**. Buenos Aires: Una Ventana, 2011. p. 47-58.

FALS BORDA, O. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla, **Simposio Mundial de Cartagena**, Bogotá, Punta de Lanza, vol. 1, 1978, p. 209-249.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

FALS BORDA, O. Kaziyađu – registro del reciente despertar territorial en Colombia. In: **Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial**. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2001]. p. 137-218.

FALS BORDA, O. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: **Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial**. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.

FALS BORDA, O.; e MORA-OSEJO, L.E. La superación del eurocentrismo – manifiesto por la ciencia. In: **Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial**. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013. p. 219-230.

FERREIRA, F.W. **Planejamento sim e não**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008, p. 115-147.

JIMÉNEZ REYES, L. C. Alternativas de desarrollo regional endógeno em la región periférica Surcolombiana. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 335-342.

LIMA, J.F.. O crescimento econômico territorial. In: BIDARRA, B.; PEDERSEN VOLL, F.; LIMA, J. (Org.). **Economia & desenvolvimento territorial**. Foz do Iguaçu, PR: Parque Itaipu, 2017. p. 28-34.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MAGNAGHI, A. Gli atlanti del patrimonio e lo 'statuto dei luoghi' per uno sviluppo locale autosostenibile. In: BERTONCIN, M. e PASE, A. (Org.). **Il territorio non è un asino**. Voci di attori deboli. Milão: Franco Angeli, 2006. p. 23-51.

MAGNAGHI, A. La lunga marcia del ritorno al territorio. In: BECATTINI, G. (Org.). **La coscienza dei luoghi**. Roma: Donzelli, 2015. p. VII-XVI.

MARTINEZ, J.; RIVERA, M.C. **El sistema agroalimentario local de arroz del estado de Morelos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

MIGNOLO, W. **Historias locales/diseños globales**. Madrid: Ed. Akal, 2003 [2000].

MOREJON, C.; LIMA, J.; BIANCO, T. Índice de desenvolvimento territorial sustentável. In: BIDARRA, B.; PEDERSEN VOLL, F.; LIMA, J. (Org.). **Economia & desenvolvimento territorial**. Foz do Iguaçu, PR: Parque Itaipu, 2017. p. 93-103.

MOSSELLO, M.T. The possibilities and limits of self-organisation. In: BERTUGLIA, C.; BIANCHI, G.; MELA, A. (Org.). **The city and its sciences**. New York: Physica-Verlag Heidelberg, 1998. p. 173-202.

PECQUEUR, B.; ZIMMERMANN, J. Les fondements d'une économie de proximités, Marseille, **GREQAM**, DT 02A26, 2002, p.1-23

PERRIER-CORNET, P.; AZNAR, O.; JEANNEAUX, P. Espaces ruraux et développement durable. In: ZUINDEAU, B. (Org.). **Développement durable et territoire**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2010. p. 191-200.

PIRES, E.; FUINI, L.; MANCINI, R.; PICCOLI NETO, D. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro, SP: UNESP – IGCE; PPGG, 2011.

QUAINI, M. "Noi scriviamo di cose eterne". A proposito di rapporti tra geografia e storia. In: **Le frontiere della Geografia: testi, dialoghi e racconti per Giuseppe Dematteis**. Novara-Torino: UTET, 2009. p. 29-46.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina, **Rev. Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.

RAFFESTIN, C. Paysage et territorialité, **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 21, n. 53-54, 1977, p.123-134.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RULLANI, E. Complessità sociale e intelligenza localizzata. In: GAROFOLI, Gioacchino. (Org.). **Impresa e territorio**. Bologna: Il Mulino, 2003. p. 85-130.

SANZ, J. Sistemas agroalimentarios locales y multifuncionalidad. Un enfoque de investigación en alimentos, ciencias sociales y territorio. In: RIVERA, M. (Org.). **El desarrollo hoy hacia la construcción de nuevos paradigmas**. México: UNAM – Instituto de Investigaciones Económicas, 2014. p. 87-103.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].

SAQUET, M. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p.35-51.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Ed. ULBRA, 2008. p. 47-60.

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015 [2011].

SAQUET, M. **Il territorio della geografia**. Milano: Franco Angeli, 2012.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, Marcos. (Org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

SAQUET, M. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional, **Mercator**, Fortaleza, vol. 13, n. 2, 2014, p. 125-143.

SAQUET, M. Territory, geographical indication and territorial development, **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 6, 2016, p. 4 - 21.

SAQUET, M. **Consciência de classe e lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SAQUET, M. A *descoberta* do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, 2018a, p. 479 - 505.

SAQUET, M. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, **Geographica Helvetica**, n. 73, 2018b, p. 347-355.

SAQUET, M. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). **Ambiente e território: abordagens e transformações sociais**. Londrina, PR: Madrepérola, 2019. p. 20-40.

SAQUET, M.; DUARTE, V. **Projeto Vida na Roça**: da concepção ao plano de ação agropecuário. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1996.

SAQUET, M.; FLAVIO, L.C. Contribuições para o planejamento e a gestão urbana: a experiência do Projeto Vida no Bairro – Francisco Beltrão (PR), **GUAJU - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial**. Matinhos - Paraná, v.1, p. 123 - 141, 2015.

SAQUET, M.; PACÍFICO, J.; FLÁVIO, L.C. **Cidade, organização popular e desenvolvimento**: a experiência do Projeto Vida no Bairro. Cascavel/PR: UNIOESTE, 2005.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development, **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, 2009, p. 171-196.

WALSH, C. Son posibles unas ciências sociales/culturales otras? Reflexiones em torno a las epistemologias decoloniales, **Nómadas**, n. 26, 2007, p. 102-113.

Sobre o(s) Autor(es):

Marcos Aurélio Saquet

Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: saquetmarcos@hotmail.com